
Projetos Nacionais e Exclusão Social

Elimar Pinheiro do Nascimento
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Em face da persistência da crise (econômica, política e social), que perdura há mais de uma década, institutos de pesquisa, centros sindicais e organizações não-governamentais, entre outros, tomam iniciativa de traçar diretrizes ou formular propostas no sentido da construção de um Projeto Nacional para o país. Este texto analisa três destas tentativas: Brasil 2000, coordenado por Hêlio Jaguaribe; Um Projeto para o Brasil — a proposta da Força Sindical e A Revolução nas Prioridades, de Cristovam Buarque, do Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo/UNB.

Após uma breve descrição das idéias-força de cada um deles, o artigo debruça-se, de forma crítica, sobre o tema específico da exclusão social, de tanta atualidade e relevância; como esta questão é analisada por cada um dos projetos, qual a sua importância, qual o seu lugar, quais seus limites analíticos?

Duas são as conclusões centrais. A primeira diz respeito à natureza da exclusão social hodierna, cujo significado maior encontra-se na disjunção entre as "classes perigosas" e a "classes laboriosas". A segunda constata que os projetos analisados não têm a percepção da profundidade deste problema — com exceção, em parte, da intitulada A Revolução nas Prioridades. O risco é que a retomada do desenvolvimento não venha a resolver o problema, mas a agravá-lo. Questão que estará, certamente, na agenda do próximo governo, independente do resultado eleitoral.

INTRODUÇÃO

Embora não seja consensual, é hoje amplamente majoritária a idéia de que o Brasil necessita de um projeto para sair da crise ou, segundo alguns, para concluir o complexo processo de transição em que vive há mais de uma década, cujas expressões negativas mais visíveis são a instabilidade econômica, a

indecisão política e a descrença, senão anomia, social [Furtado (1992)]. A suposição mais superficial é a de que os diversos atores sociais (incluindo os políticos e econômicos), convencidos de um determinado projeto, agirão no sentido de implementá-lo. Havendo convergência, ocorrerá a superação da crise. Esta idéia, que longe está de ter sustentação empírica e teórica de envergadura, ganha volume e importância em vésperas de eleições, sobretudo da magnitude destas de 1994 em que estará em jogo a renovação das Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados, dois terços do Senado, além dos governos estaduais e da Presidência da República. A parte mais significativa dos partidos julga-se no dever de corresponder a este suposto anseio que existiria na sociedade ou, pelo menos, no âmbito dos segmentos mais informados formulando, no mais das vezes, programas que primam pela inexequibilidade.

De certa maneira, em um processo eleitoral plebiscitário é quase inevitável a conotação de algo que ultrapassa a simples mudança da representação parlamentar e/ou substituição dos governantes. Em geral é indicativo de visões de sociedade que se confrontam; de projetos sociais que se embatem; e de opções político-ideológicas que se defrontam. As eleições presidenciais de 1989 confirmaram esta já quase tradição brasileira. As deste ano tendem a repetir o feito.

Não que os partidos construam projetos estratégicos para o país, mas neles inspiram-se para formular suas propostas de governo e elaborar seus programas de campanha. Em parte, estes são importantes, pois sinalizam a orientação geral do candidato; em parte não, pois o costume pátrio é o do seu esquecimento quando se chega ao poder, quando não sua completa inversão. De toda forma, ao persistirem as características do processo político vivido desde 1992, de moralização da política e maior transparência dos processos decisórios (*impeachment* de Collor, CPI do Orçamento), os programas partidários deverão ganhar em relevância.

O presente texto tem como objetivo analisar três dos projetos estratégicos que têm sido objeto de divulgação e debate nos últimos anos e que desempenharão, em parte, o papel anteriormente assinalado, de alimentar os programas partidários e o próprio debate político. Para simplificar, vou denominá-los de *Brasil 2000* ou *projeto Jaguaribe*, *Projeto da Força Sindical* ou *projeto Medeiros-Kandir* e, finalmente, *Modernidade Ética* ou *projeto Buarque*. Todos conheceram publicações e serão sobre elas que me apoiarei para as análises: *Brasil 2000* (complementado e detalhado por *Brasil: reforma ou caos*); *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical*; e *A Revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*.

Evidentemente que há vários outros projetos ou propostas gerais para "sairmos da crise" ou "mudar o Brasil", conforme as expressões mais usuais de seus autores. Vou, no entanto, concentrar-me nos três enunciados, pelas seguintes razões: a) correspondem melhor à idéia de projetos estratégicos, por sua re-

lativa globalidade; b) são, hoje, os mais divulgados, conhecidos e debatidos; c) contém grande parte das idéias que estarão no centro do debate político-eleitoral (e já se encontram no centro do debate da revisão constitucional, desde o ano passado); d) não se identificam, rigorosamente, com nenhum partido em particular, embora tenham aproximações claras; e, finalmente, em termos de correntes ideológicas, compreendem um amplo espectro que vai das proximidades do neoliberalismo à radicalidade democrática, passando pela social-democracia.

Após esta introdução, o texto divide-se em quatro partes. A primeira apresenta, sucintamente, cada um dos projetos, com suas características essenciais; a segunda comenta, comparativamente, estas características, sublinhando similitudes e diferenças, assim como alguns problemas; a terceira analisa e critica como cada um deles entende o problema da questão social, que parece, simultaneamente, reuni-los e separá-los; e, finalmente, a quarta debruça-se sobre o que me parece constituir a exclusão social moderna, que tende a se desenhar no país, e da qual os projetos nacionais em análise dão conta apenas parcialmente. Trata-se de uma tentativa para, realizado o diagnóstico, avançar na compreensão do fenômeno: condição *sine-qua-non* para que se possa definir políticas que, de fato, tenham chances de sucesso.

I OS PROJETOS ESTRATÉGICOS

O primeiro projeto é o mais antigo, elaborado em meados da década de 80 pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes), sob coordenação do professor Hélio Jaguaribe, e divulgado (sua síntese) em dois livros, o primeiro — *Brasil 2000* — em 1986 e, o segundo — *Brasil: reforma ou caos* — em 1989. Realizado sob demanda do então presidente da República, José Sarney, contempla basicamente as medidas (com custos estimados e projetados no tempo) que viriam a mudar o Brasil do ponto de vista social. Neste sentido, é o mais parcial dos projetos, pois não pretende reformar a globalidade das questões tidas como básicas.

O projeto funda sua necessidade, primeiramente, na constatação de uma profunda e crescente dualidade social da sociedade brasileira; de um lado, uma sociedade moderna, industrial, minoritária; de outro, uma sociedade primitiva. A primeira é desenhada pelos indicadores econômicos, enquanto a segunda, "que compreende cerca de 60% da população total", nasce dos indicadores sociais. Se o dualismo social é o primeiro obstáculo à retomada do desenvolvimento social, o segundo encontra-se na recuperação da capacidade operacional do Estado.

Por isso, segundo o projeto Brasil 2000, é possível redirecionar o rumo da dualização por meio de uma série de políticas sociais que tenham como objetivo um paradigma prefixado tendo como referência o sul da Europa—*a ser alcançado em cerca de 20 anos* o Paradigma 2000, que compreende, no sentido restrito, basicamente quatro indicadores sociais eleitos pela sua utilização corrente no campo comparativo internacional: esperança de vida, mortalidade infantil, alfabetização da população adulta e saneamento.

O objetivo maior do projeto é o de quadruplicar o padrão de vida real das grandes massas. Paradigma alcançável mediante mudanças a serem introduzidas por uma nova política econômica que permita sanear o setor público e possibilitar a retomada do desenvolvimento—sobretudo medidas no campo fiscal e de gastos públicos, na suposição de que os entraves maiores à retomada do crescimento econômico encontrar-se-iam no equacionamento das dívidas interna e externa—mantendo-se um nível de crescimento levemente menor do que as taxas históricas que o Brasil conheceu após a II Guerra Mundial (6,5%).

Alcançar o nível de vida hoje existente no sul da Europa exigiria a adoção de políticas sociais que possibilitassem:

- a) uma revolução educacional;
- b) a promoção de uma política de pleno emprego;
- c) a valorização do fator trabalho; e
- d) políticas e medidas de elevação no nível de vida da população, de tal modo que fossem respondidas as necessidades básicas de todos os brasileiros.

Os objetivos e políticas propostos podem ser agrupados em quatro:

- a) os que dizem respeito à capacitação do indivíduo (educação, alimentação e saúde);
- b) aqueles relacionados com uma mais equitativa distribuição de oportunidades e de renda (emprego);
- c) os que se referem ao bem-estar das famílias e das pessoas (habitação, transporte, saneamento e meio ambiente); e
- d) os que concernem ao amparo social dos indivíduos (previdência, assistência social e segurança).

De forma resumida, pode-se afirmar que o projeto Brasil 2000 obedece a um esquema relativamente simples. Diagnostica-se o "estado da nação", em seguida define-se um patamar razoável (Paradigma 2000 / sul da Europa) e conclui-se, com um estudo, quais medidas deverão ser adotadas para se percorrer o

caminho entre a situação presente e o paradigma a ser alcançado. Um exercício de demonstração de sua factibilidade é realizado com certa sofisticação.

O segundo projeto foi elaborado por demanda da Força Sindical (FS), central sindical criada em 1991 e dirigida por Luis Antonio Medeiros, e coordenado tecnicamente por Antônio Kandir, com participação de mais de 40 técnicos. *Um projeto para o Brasil* autodefine-se como "um conjunto de propostas sistematizadas para a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, político e social (...) que objetiva levar aos brasileiros qualidade de vida, condições dignas de trabalho, progresso empresarial, melhores sistemas de produção científica e tecnológica e a necessária estabilidade política e institucional para que tudo isto funcione (...) objetivos que só podem ser alcançados com a parceria entre capital e trabalho, capital nacional e estrangeiro, Estado e sociedade, os três níveis de governo e harmonia entre os Poderes (Constitucionais)". Como o anterior e o subsequente, o projeto parte do princípio de que o modelo econômico vigente entrou em colapso, com a particularidade de constatar que nenhuma força política tem condições de implementar o seu projeto, havendo necessidade de se criar um consenso. Alcançar este objetivo pretendem Medeiros e Kandir.

O ponto de partida do projeto da Força Sindical é o de que o Brasil necessita retomar o processo de modernização, porém de forma distinta do vigente desde os anos 30, ou seja, sem exclusão social. Sendo factível apenas no caso de se efetivar uma mudança de mentalidade (reforma moral e cultural) capaz de vencer uma série de entraves internos (o corporativismo, o populismo, o fisiologismo, o imediatismo e a corrupção), incluindo o abandono da política de confronto sistemático entre o capital e o trabalho. Esta retomada do desenvolvimento só poderá realizar-se, ainda, caso se tome em consideração as novas condições no campo internacional que estão sendo criadas pela revolução científico-tecnológica (novos processos de trabalho e produtos, novas formas de gestão, redefinição do mercado - globalização) e os rearranjos institucionais (formação de blocos e perda de poder dos Estados-Nação). O desafio, portanto, é o de obter condições de competitividade nestas novas condições do mercado internacional.

O grande entrave para a retomada do processo de modernização é o Estado, pois o setor privado, embora ainda com entraves (acostumado ao protecionismo estatal e marcado por relações autoritárias), realizou um grande impulso modernizante desde meados da década passada. A estabilidade econômica e a resolução da crise do setor público são precondições para a *démarrage* do novo modelo econômico, incluindo o retorno dos (indispensáveis) investimentos estrangeiros. Nele, o Estado deverá ter um novo papel. Menor e descentralizado, auxiliado pela participação dos cidadãos, deverá dedicar-se basicamente à articulação do capital privado na concorrência internacional, ao desenvolvimento científico e tecnológico e às políticas sociais, necessitando, para isso, privatizar

não apenas suas empresas, mas introduzir o sistema de concessão nos serviços públicos (desde estrada até saúde). Além do mais, deverá ser o sustentáculo de uma ordem jurídica democrática.

A situação para a implantação de um novo modelo é hoje favorável graças sobretudo a três fatores:

- a) a existência de uma estrutura produtiva integrada e moderna;
- b) um consenso razoável sobre os problemas centrais do país; e
- c) um ambiente mais favorável à negociação advinda em grande parte da "pedagogia da crise", tomando os atores sociais mais acessíveis à negociação e ao entendimento.

O conjunto das propostas distribui-se pelas áreas política, econômica e social.

No campo político, as propostas referem-se, inicialmente, à *consolidação da democracia*, visando basicamente fortalecer os partidos políticos por intermédio de uma nova legislação partidária e eleitoral que permita reduzir seu número, adequar melhor a representatividade do parlamento e restringir as possibilidades de corrupção do sistema eleitoral. O regime de governo proposto é o parlamentarismo. Em seguida, aborda-se a reforma do sistema judiciário, buscando-se, particularmente, ampliar o suporte material (informatização), introduzindo mecanismos processuais mais econômicos e céleres, sobretudo mediante a modernização dos códigos e leis.

As propostas referentes à reforma do Estado abrangem o gasto público, o sistema tributário, os fundos sociais, o setor produtivo estatal e, finalmente, as Forças Armadas. As diretrizes que informam estas proposições são as seguintes:

- a) a gestão privada é mais eficiente que a pública;
- b) diversos segmentos do setor privado dispensam a presença do Estado; e
- c) as instâncias subnacionais podem desempenhar mais eficientemente várias funções nas mãos da União.

Portanto, três palavras-chave parecem informar os objetivos nesta área: privatização, descentralização e parceria.

O objetivo primário da *reestruturação econômica* é o de modernizar o aparato produtivo, elevando os níveis de produtividade e os padrões de qualidade, permitindo ampliar a capacidade de geração de novos produtos e propiciar uma melhor inserção do país no comércio internacional. Isto implica um esforço especial no campo de C&T, incluindo os modelos de gestão, recuperação da con-

corrência e investimentos significativos na infra-estrutura, que deverão contar com a presença do capital estrangeiro.

O principal desafio do projeto, para Kandir e Medeiros, encontra-se no último capítulo: o enfrentamento da *questão social*, propondo-se um conjunto de medidas de políticas públicas com o intuito de combater a pobreza e melhorar os indicadores sociais, em especial nos campos da saúde, educação, programas de suplementação alimentar e seguro desemprego (mais duradouro).

Do ponto de vista dos campos referidos pelas proposições apresentadas no projeto, este é o mais abrangente e o mais estruturado dos três.

Finalmente, o último projeto — *Modernidade Ética* — nasceu no seio do Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo (NEBC) da Universidade de Brasília, então sob coordenação de seu fundador Cristovam Buarque, em 1991. Durante mais de dois anos foi objeto de discussão e reformulação em reuniões e seminários em todos os estados brasileiros, tendo conhecido duas publicações independentes antes da edição final.

A *Revolução nas Prioridades* parte da constatação de que, apesar dos sucessos econômicos conhecidos até 1980, o país conhece um profundo fracasso social manifesto na conformação de uma dualização social radical denominada *apartação social*. Sem formalidades jurídicas, o Brasil caminha, segundo Buarque, para uma situação de iniquidade social mais grave do que a do próprio *apartheid*, em que um segmento crescente da população é colocado à margem das condições mínimas de sobrevivência. A apartação é o resultado inexorável de um modelo de desenvolvimento que, implementado no Brasil desde os anos 30, tentou imitar a modernidade europeia.

Dez erros são arrolados como responsáveis pelo processo de desenvolvimento excludente. Resumidamente: (1) o processo de industrialização por substituição de importação sem reforma agrária, (2) com a importação de técnicas industriais não condizentes às nossas especificidades e (3), com uma ênfase nas exportações em lugar da construção de um amplo mercado interno, produziu padrões extremamente diferenciados de consumo e renda, excluindo a maior parte da população brasileira, e uma lógica perversa de desenvolvimento cuja face tornou-se mais visível na década de 80. Este modelo de desenvolvimento excludente teve, para vingar de (4) concentrar a renda e (5) endividar-se externamente; por sua vez, a estrutura produtiva assumiu feições de (6) alta concentração, cartorização e corporativização, com (7) ênfase na infra-estrutura econômica e abandono da infra-estrutura social. A (8) ditadura militar, nos anos 60/70, e uma (9) transição conservadora, nos 80, apenas acentuaram os traços excludentes do sistema, sustentado por (10) uma forma de produção do saber e de comunicação social presa aos interesses individuais, à dinâmica de mercado e à alienação cultural. O resultado destes erros foi a modernidade

técnica, voltada exclusivamente para a modernização econômica em função de uma minoria e a exclusão da maioria.

Como o problema não é ser ou não ser moderno, a solução é a busca de uma outra modernidade, agora de natureza ética, voltada para responder às necessidades básicas da população, criando uma sociedade democrática e uma Nação integrada. Significa destruir a dinâmica econômica, social, mas também intelectual; da apartação por uma dinâmica de integração em que todos os brasileiros tenham resposta às suas necessidades básicas.

Alcançar a modernidade ética significa revolucionar as prioridades no exercício do governo, como também definir novos objetivos para a sociedade brasileira. Como a prioridade é o objetivo (matar a fome do povo, dar educação de qualidade para todos, construir a democracia, etc.), os meios devem estar a ele submetidos, realizando-se o inverso do que faz a modernidade técnica, apenas preocupada com os meios: emprego, renda *per capita*, PIB, competitividade, expectativa de vida, entre outros—indicadores que nem sempre dizem da miséria crescente da população.

Os objetivos da modernidade ética são:

- a) consolidar a democracia;
- b) tornar a economia eficiente, mesmo na produção de bens supérfluos;
- c) fazer o aparato produtivo respeitar o equilíbrio ambiental;
- d) descartelizar e descorporificar a economia e a sociedade;
- e) resguardar a soberania nas relações internacionais; e
- f) abolir a apartação social.

Abolir a apartação social, por sua vez, significa dar a todas as crianças brasileiras acesso à escola de qualidade; a todos os brasileiros, acesso a um sistema de saúde eficiente; assegurar que todos tenham terra para sua moradia e/ou sustento; permitir que todos tenham o mínimo necessário para se alimentar; direito ao transporte público e, finalmente, acesso generalizado à justiça, mesmo os mais pobres. Objetivos que devem ser assegurados pelo Estado e pela sociedade no seu conjunto.

O projeto da *Modernidade Ética* propõe um conjunto amplo de medidas novas que, segundo seu autor, permitirão atingir esses objetivos. A revolução nas prioridades compreende propostas múltiplas (uma centena) que recobrem os campos educacional, da alimentação e da saúde, com o intuito de abolir a apartação social, da cultura, C&T, ecológico e econômico, visando modificar a dinâmica econômica e, finalmente, da vida política, com medidas que objetivam criar um espaço público e um Estado ético para permitir a consecução dos objetivos propostos.

A Revolução nas Prioridades conclui-se com uma breve reflexão a respeito da estratégia de superação da modernidade-técnica-excludente e criação da modernidade-ética-includente, tentando mapear os atores e os símbolos a serem mobilizados.

II DIFERENÇAS E SIMILITUDES: BREVE COMENTÁRIO

Algumas breves considerações sobre as diferenças e similitudes entre os três projetos, mas também de algumas de suas dificuldades internas, servirão para desenhar melhor os seus contornos.

Os três projetos, apesar de suas conotações ideológicas e mesmo partidárias (em termos aproximativos) e distintas, guardam muitas similitudes: críticas, embora diferenciadas ao modelo vigente; ênfase na questão social; debate sobre o papel do Estado; otimismo quanto à possibilidade de retomada do desenvolvimento, retomada da importância da reforma agrária e da moralização da vida pública; projeção de cenários ameaçadores; etc. Sugiro, porém, concentrar estes comentários em algumas das diferenças mais significativas entre eles, assim como alguns de seus problemas internos.

A primeira grande diferença, que salta à vista, é mais formal. O projeto *Brasil 2000* compreende um conjunto de proposições setoriais, pretendendo mudar a situação social do país. É evidente, porém, que o mesmo se inspira em um diagnóstico geral das dificuldades por que passa o país e das possibilidades de as mesmas serem ultrapassadas. Segundo seus autores, para que possa ocorrer um programa social de tal envergadura a condição básica é a retomada do desenvolvimento, "o que só pode ser obtido, se for elevada a taxa de poupança interna e restaurada a capacidade de financiamento do governo". Com as mudanças na política fiscal, prevê-se o crescimento de 7% do PIB na arrecadação, ao longo de seis anos. Um rígido controle de preços e salários permitiria reduzir a inflação a cerca de 30% anuais. Acordos com os devedores permitiriam o reescalonamento da dívida externa, recuperando a capacidade de endividamento do país. Com estas medidas internas, o aporte direto do capital externo deveria atingir os níveis do início dos anos 80—0,75% do PIB, em média por ano. Finalmente, uma política controlada e seletiva de importações facilitaria a elevação da poupança interna. Com estas medidas, o país tenderia a crescer a uma taxa em torno de 6% ao ano, tomando factíveis os gastos previstos.

Salta aos olhos o fato de que a equipe do *IEPES* via a crise econômica como conjuntural. Este fato, aliás, ocorria com a maioria dos analistas e estudiosos do Brasil ao longo da primeira metade dos anos 80.

É nessa descrição sucinta que se insere, na verdade, a grande diferença, de notando claramente que o retorno do crescimento econômico, para o projeto Brasil 2000, far-se-ia pela retomada do modelo anterior, com a manutenção de um papel relevante e central ao Estado e com fronteiras de proteção ao mercado. *Um projeto para o Brasil* defende tese oposta: o modelo econômico não pode ser retomado, tem de ser simplesmente abandonado, devendo ser substituído por outro. As condições internacionais assim o exigem. O Estado não tem mais capacidade de ser "o motor do desenvolvimento", e a conservação do protecionismo tende a manter o *handicap* tecnológico, alijando o país da nova divisão internacional do trabalho.

O projeto da *Modernidade Ética*, por sua vez, sustenta uma tese que é, simultaneamente, inversa e distinta das anteriores. Inversa à do projeto Brasil 2000: a simples retomada do crescimento econômico, ao invés de diminuir a tendência à exclusão social, a torna mais acentuada. O problema não se encontra no fato de que o modelo pode ou não ser mantido, mas de que a sua manutenção implica a consolidação da lógica da exclusão social e, neste contexto, de forma irreversível. Distintamente de *Um Projeto para o Brasil*, defende a idéia de que o Estado e a proteção ao mercado interno, redefinidos, guardam um papel fundamental na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento.

As diferenças anteriormente assinaladas, em grande parte, têm suas origens no fato de que esses projetos foram elaborados em momentos distintos, traduzindo as visões dominantes de seus momentos. O Brasil 2000 se constrói em um momento que era consensual a idéia de que a crise econômica que vivíamos era conjuntural. Por esta razão, provavelmente, seus autores não colocam em questão o modelo econômico vigente. O projeto da Força Sindical traduz a visão neoliberal dominante da era Collor de Mello (e ainda hoje em dia), enquanto o projeto da Modernidade ética exprime a desconfiança, que se propaga já em nível internacional, quanto ao alcance relativo e conseqüências socialmente nefastas das medidas neoliberais adotadas pelos governos americano e inglês nas duas décadas anteriores, recuperando raízes do pensamento latino-americano de criação de um projeto civilizatório específico.

Essas observações permitem, por outro lado, detectar justamente o problema maior do projeto Brasil 2000 : o fato de que o mesmo não se dá conta de que o problema do país não consiste na simples retomada do crescimento econômico. Esta é incompatível com o objetivo interno de redistribuição de renda para atingir um patamar social similar às sociedades atuais do sul da Europa, sobretudo tendo em vista as mudanças tecnológicas que ocorrem mundialmente no processo produtivo, redefinindo o comércio internacional e as formas e os lugares de inserção dos diversos países. Falta-lhe um papel ativo à dimensão política, provavelmente pela própria natureza do documento.

De problema similar não parece escapar, igualmente, o projeto da Força Sindical. Embora mais moderno, tomando em consideração as mudanças que ocorrem com a revolução técnico-econômica, não parece perceber suficientemente que o novo modelo econômico propugnado é muito pouco distinto do anterior, que seus próprios autores definem de excludente. Em outros termos, o projeto partilha a idéia de que um regime democrático consolidado, um parque industrial mais moderno e um Estado ocupando-se (como sempre) dos entraves que o setor privado não dá conta (depois de abandonar aqueles espaços que ele arejou com sua intervenção, hoje criticada, nos anos 60/70: energia, comunicações, insunhos de base e estradas, entre outros), com fronteiras comerciais abertas e algumas políticas sociais, seriam suficientes para se estabelecer um modelo de desenvolvimento capaz de promover a integração social.

O paradigma internacional, freqüentemente citado em *Um Projeto para o Brasil* como referência para as propostas de mudança, que combina crescimento com justiça social, liberdades individuais e respeito pelo meio ambiente, é um "tipo ideal", sem vigência empírica em parte alguma. Os modelos hoje em vigor no Primeiro Mundo (Nafta, União Européia ou Japão com os Tigres Asiáticos), apesar de suas diferenças, têm todos conduzido recentemente ao mesmo resultado: o aumento da desigualdade social com o surgimento, em alguns destes países, de bolsões de pobreza crescentes. Não se encontra no texto argumentação consistente de que ocorreria, com o novo modelo econômico, um movimento antagonico, acarretando uma redistribuição de renda. Os autores não deixam de ter consciência deste dilema, reconhecendo "que há no Brasil um contingente gigantesco de pessoas que não dispõem de condições mínimas para se incorporar, no curto ou médio prazos, a um ambiente econômico moderno, e que tampouco podem ser retiradas da situação de miséria em que vivem simplesmente através de políticas assistenciais" [Força Sindical (1993, p. 65 a 66)]. Contudo, suas proposições não são suficientemente convincentes de que a desigualdade social sofrerá retrocesso.

Assim, se o problema maior do projeto Brasil 2000 parece ser a sua inviabilidade, pela tentativa de reproduzir um modelo morto, e o da Força Sindical é o de modificar o modelo econômico, sem atentar para o fato de que mesmo assim ele tende a reproduzir e acentuar a situação de exclusão social, o da *A Revolução nas Prioridades* afigura-se de outra natureza: as conseqüências que a idéia de um certo autofechamento, como forma de assegurar o objetivo central da homogeneização social, acarretarão para a apropriação e inovação tecnológica. Aqui está implícita a idéia de que, sem um mínimo de homogeneização social, o predomínio do padrão de consumo excludente se mantém, reproduzindo e ampliando a lógica da exclusão social.

Nos países que obtiveram situações de menor desigualdade social, com desenvolvimento econômico, o processo de industrialização contou sempre com um certo grau de homogeneização social e uma prioridade ao desenvolvimento

das forças produtivas (incluindo a formação e qualificação da força de trabalho), em detrimento da elevação do padrão de consumo. O que sabemos, não foi absolutamente observado no caso brasileiro. Buarque tenta retificar este rumo com o privilegiamento da busca de homogeneização social e uma redução do padrão de consumo, com distinções, porém, em relação ao socialismo real, não apenas porque conserva o mercado, como admite a manutenção da produção de bens "supérfluos" nos níveis próximos senão similares dos atuais. O risco, como já foi sinalizado, é o da queda no ritmo de inovação tecnológica que poderá prender o país na sociedade industrial, quando o mundo ingressa na era pós-industrial.

A título puramente ilustrativo, vale a pena ressaltar a inexistência, em qualquer dos projetos, de uma reflexão política acentuada e abrangente. Dito de outra forma, a dimensão do jogo dos atores na estratégia de implementação dos projetos é fragilmente presente (o que Buarque admite explicitamente). Não que faltem menções e enunciados, que proliferam ao longo dos textos, mas faz falta uma reflexão mais articulada. Nenhum dos autores se pergunta sobre as razões mais profundas dos resultados sociais perversos observados no desenvolvimento brasileiro nos últimos 40 anos. Situá-las na apropriação privada do Estado, nas distorções na formulação, financiamento e implementação das políticas públicas ou nos "erros da sociedade" é, por mais brilhante que possam ser as "análises", estacionar na superfície. Utilizando uma imagem que provém de Magalhães (1993), predomina uma "concepção técnica do social".

As diferenças entre os projetos podem ser também abordadas, de maneira emblemática, tomando-se como exemplo o campo da educação. Os três projetos definem a educação de qualidade para todos como fundamental. No entanto, a forma de definir suas razões e lugar são muito distintas.

Em *Brasil: reforma ou caos* a educação é enfrentada de maneira relativamente genérica e em conformidade com as discussões que se travaram nos anos 60/70. Assim, a educação é "questão da mais transcendente magnitude — pois dela depende também o equacionamento de todos os problemas, incluindo os políticos, sociais e econômicos(...)" [Jaguaribe *et alii* (1989)]. Nessa visão, a educação tem uma importância em si, dispensando justificativas. Porém, acresce-se o fato de que é por meio dela que se produz a mobilidade social: "A ignorância, como precedentemente se ressaltou, é o principal fator, em termos de imediata causalidade, do atraso e da pobreza da população" (*idem*, p. 27). O espaço educacional consta do Paradigma 2000, no sentido restrito, e, por isso mesmo, constitui o primeiro objeto (e objetivo) das políticas setoriais propostas.

No caso do projeto Força Sindical (1993, p.563), a ausência ou insuficiência de educação não é vista como uma vantagem comparativa, por propiciarem uma situação de baixos salários, mas antes como um entrave ao desenvolvi-

mento econômico. Sem educação de qualidade não se obtém o desenvolvimento: o "novo padrão de desenvolvimento(...)assenta seu êxito através de uma necessária ampliação e multiplicação das aptidões e das potencialidades individuais da grande massa da população". Os exemplos do Japão e dos Tigres Asiáticos pairam no ar.

Há uma razão econômica efetiva para se eleger a educação como uma prioridade nacional. A sua implementação, porém, só será efetiva, se o modelo econômico não dispensar mão-de-obra. Ora, o aceleramento da inovação tecnológica nos moldes atuais não tem tido outro resultado, senão o de criar o que Schaff (1990) denominou de *desemprego estrutural* (hoje na Espanha o desemprego ultrapassa os 20% e, na França, os 10%, enquanto na América Latina a expectativa real é de cerca de 30%, segundo a Folha de São Paulo de 13/02/94). Com o padrão de desigualdade histórico da sociedade brasileira, se o objetivo definido é modernizar a sociedade integrando-a no Primeiro Mundo, será necessária uma forte argumentação para explicar por que a maior parte da população não se tornará "lixo econômico". E esta não existe.

Aparentemente, o projeto da Força Sindical cai no mesmo erro dos críticos da ditadura, que, nos seus inícios, sustentaram a tese da inviabilidade da retomada do crescimento econômico sem a ampliação do mercado interno [Furtado *et alii* (1968)]. Ao invés de ampliar o mercado interno, os militares o concentraram ainda mais, criando-se um mercado pequeno (para as dimensões do país, mas não comparativamente com outros países), porém de alto poder de consumo (somados novos segmentos incorporados do mercado internacional).

A Revolução nas Prioridades parece partir da crítica ao projeto da Força Sindical: o padrão tecnológico atualmente em vias de ser instalado dispensa mão-de-obra e, simultaneamente, aumenta as exigências de qualidade. A quase maioria dos brasileiros, do ponto de vista deste padrão, é absolutamente dispensável, pois não será simplesmente requisitada para ingressar no mercado de trabalho moderno. Não apenas a maioria é dispensável, como o desenvolvimento pode se efetuar com 20% da população integrados ao Primeiro Mundo e isolados, internamente, do resto. Desta forma, a educação de qualidade e para todos, igualmente proposta, é uma questão puramente ética, e não técnica.

O problema, porém, não está dirimido. O projeto da Modernidade Ética não explica como a maioria da sociedade estará disposta a enfrentar sacrifícios, para que todos tenham acesso à educação de qualidade. Ao que se poderia acrescentar a interrogação: se a maior parte da população tende a se situar marginalmente no mercado de trabalho, por que irá demandar educação de qualidade?

Mas as similitudes também existem entre os projetos, como, por exemplo, o fato de que todos partem de uma visão otimista sobre as possibilidades de vencer as dificuldades, apesar de se situarem em tempos diferentes. Neste sentido,

aliás, o projeto Kandir-Medeiros é exemplar. Para seus autores, o país vive uma situação privilegiada para retomar o crescimento econômico por meio de um novo modelo, pelas razões anteriormente citadas: "ter uma estrutura produtiva integrada e moderna", "um consenso razoável sobre os problemas centrais" e um "ambiente mais favorável à cooperação". Jaguaribe, por sua vez, chega a falar que o Brasil pode chegar no ano 2000 como a quinta potência mundial. E Buarque, por razões distintas, julga que as condições estão dadas (e amadurecidas) para a mudança, sobretudo pelo fato de o Brasil estar "esquecido" das Grandes Potências e cansado do modelo vigente.

Um aspecto, porém, une e separa os projetos em análise: a dimensão e importância da questão social, sob a forma mais ou menos explícita do surgimento ou predomínio de uma lógica da exclusão. Todos admitem a existência de um processo de exclusão social em curso, consideram-no fundamental, e desenham seus modelos como capazes de inverter a tendência. Todavia, cada qual concebe diferentemente este fenômeno. Do ponto de vista social e ético, é este dilema que separa o joio do trigo, pois não se trata tanto se teremos ou não condições de retomar o desenvolvimento, mas, sim, sob a égide de qual lógica ele será retomado.

III A NOVA QUESTÃO SOCIAL

Nos últimos 40 anos, a literatura brasileira, sobretudo econômica, a respeito das iniquidades sociais, conheceu dois deslocamentos significativos. Primeiramente moveu-se do tema da desigualdade para o da pobreza e, mais recentemente, deste para o da exclusão social.

O grande debate entre meados da década de 50 e meados da de 70 tinha na desigualdade social seu grande ponto de encontro [Tolipan e Tinelli (1975)]. Dez anos depois o que chamava atenção dos analistas era o problema da pobreza crescente no país [Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1983), particularmente [Abranches (1985)]]. Até 1980, se havia aumento da desigualdade social, ocorria simultaneamente uma diminuição dos bolsões de pobreza [Albuquerque e Villela (1990)]. Esta, portanto, não se constituía em um problema propriamente dito, pois tendia a desaparecer. E, se era um problema, o era de forma transitória. A preocupação dos estudiosos estava, portanto, centrada sobre a desigualdade que acompanhava os índices de crescimento econômico: qual seria o limite no bloqueamento da expansão das atividades produtivas e da implosão da sociabilidade?

A passagem da literatura centrada na desigualdade social para aquela centrada na pobreza é realizada pela visibilidade que ganham os bolsões de pobre-

za no país com seu deslocamento espacial nas décadas de 60 e 70: do campo os pobres migram para as cidades, primeiro para as médias e em seguida para as metrópoles. A pobreza desnaturaliza-se no belo texto de Zaluar (1985), de rural torna-se urbana, tendendo a ser metropolitana [Rocha (1991)]. Deslocamento também social, pois a pobreza invade, gradativamente, o mundo do trabalho [Lopes (1992)]. É, portanto, este transbordamento do mundo da pobreza, invadindo novos espaços, com suas violências cotidianas e sociabilidades "estranhas", que provoca o deslocamento do tema em meados da década passada.

Por sua vez, a passagem do tema da pobreza para o da exclusão social se faz mediante dois movimentos. O primeiro manifesta-se pela violência crescente na segunda metade da década de 80, ganhando uma visibilidade extraordinária na *midia*: os pobres não apenas haviam se deslocado dos confins agrários, colocando-se em "nossas portas", como invadiam, perigosamente, as "nossas casas". Cresce a "indústria do seqüestro" e, concomitantemente, a da segurança, do condomínio, dos lugares fechados e reservados: instalava-se a guerra entre famintos e amuralhados, como denominei em estudo da época [Nascimento (1987)]. No plano teórico, ocorre o segundo movimento: a percepção do bloqueamento da mobilidade social [Faria (1992)]. Agora os pobres têm pouca possibilidade de abandonar suas posições, de deixar de ser pobres: emerge o problema da exclusão social, inicialmente sob a expressão de "dualidade social" [Jaguaribe (1986 e 1989)]. A velha idéia de Lambert (1967) renova-se pelas mãos do intelectual isebiano, que na realidade nunca a abandonou completamente, objeto de crítica feroz em texto famoso de Oliveira (1981). Em inícios de 90, Buarque (1991 e 1993) radicaliza a temática com o conceito de *apartação social*. E em 1992, Vera Telles, em sua tese de doutoramento na USP, investe no esforço de demonstrar que a situação de pobreza advém, sobretudo, da negação ao outro do direito de ser sujeito. O próprio conceito de pobreza é uma definição pelo negativo, pela destituição.

Desse forma, todos os projetos nascem na "era da exclusão social" e refletem os seus movimentos. As nuances de suas concepções deste fenômeno são sintomáticas da estrutura e características de cada projeto.

No projeto do Iepes, a idéia da exclusão social desponta sob a consciência de um "profundo dualismo", conforme já foi assinalado, que se sustenta em uma profusa literatura a respeito [Hoffman (1984); Bacha e Klein (1986); Abranches (1985); e Medeiros (1987)]. Observe-se que, em 1981, os 50 mais pobres do país detinham parcela levemente superior de riqueza do que o 1% mais rico: 13,4% e 13%, respectivamente, da renda total. Posteriormente, conforme Vianna (1992), a situação piorou: em 1990, os 50% mais pobres diminuíram sua fatia para 11,2%, ao mesmo tempo que o segmento 1% mais rico aumentou a sua para 14,6%.

Para os autores do projeto Brasil 2000 — é interessante registrar — a dualidade social é histórica, tendo suas origens no "instituto da servidão, que perdurou até fins do século XIX" [Jaguaribe *et alii* (1989, p. 19)]. A Abolição, sem assistência aos libertos, conservou o "dualismo básico entre participantes e excluídos dos benefícios da civilização brasileira". A industrialização brasileira, tendo sido "muito recente" (alguns diriam: tardia), manteve a dualidade, pois assentada em tecnologias intensivas de capital, incapaz de absorver a mão-de-obra que chegava do campo para a cidade, gerou a imensa marginalidade urbana, enquanto o regime de propriedade manteve a maioria da população, que permaneceu no campo em estado de miséria. Contribuiu também para esta situação o elevadíssimo estado de ignorância da população: "a falta de qualificação da população economicamente ativa a reduz a níveis extremamente modestos de produtividade" (*idem*, p.20). Conclusão: a exclusão, enquanto dualidade, tem um fundo histórico, econômico, político-jurídico e educacional.

A perspectiva do futuro do país em *Brasil: reforma ou caos* é dramática. E, para retratá-lo, nada melhor do que os seus próprios termos, pois, sem as reformas propostas no projeto, "mergulharemos, dentro dos próximos anos, em uma situação de irremediável caos (...) Nesse ambiente de caos e de inviabilidade da existência coletiva, os mais capacitados abandonarão o país, em nauditas ondas migratórias. As instituições democráticas entrarão em colapso. E um neofascismo, de corte sul-africano, instaurará um regime de ditadura de classe média (...) um *apartheid* de classe" (*ibidem*, p. 305).

A superação da crise, por sua natureza estrutural, supõe identificar quais são os nós górdios a serem desatados. E, entre eles, encontra-se o "subdesenvolvimento humano", que se caracteriza por uma crescente desagregação social e uma "quase guerra civil não declarada". Estas condições "indignas" da maioria da população brasileira são um verdadeiro obstáculo "não apenas à atração do capital externo", mas ao "próprio processo de desenvolvimento em geral". Ela contém uma "ameaça, real e palpável, de um curto-circuito institucional", segundo Força Sindical (1993, p. 38).

Se há um "breve retrato" e, sobretudo, o reconhecimento de que "a transformação social do país é o principal desafio do projeto", adentrando em proposições para vencê-lo, não consta no projeto da Força Sindical uma análise do "risco de *apartheid*" e, menos ainda, de suas raízes, salvo o reconhecimento de que as "políticas do Estado(...) até hoje foram incapazes de deter a cristalização de um verdadeiro *apartheid*". Isto, somado a outras esparsas passagens (em especial no capítulo VI), leva o leitor a concluir que a desagregação social nasce do colapso do modelo econômico pretérito com suas políticas públicas ineficazes. Se a crítica a estas é anunciada (padrão de financiamento perverso, ineficiência, desperdício, etc.), não se explica por que aquele produz o subdesenvolvimento humano, nem há demonstração qualquer de que as políticas públicas

possam, ajustadas e redefinidas, efetivamente quebrar a lógica da exclusão, pois afinal é disso que se trata.

Em que consiste a desagregação social? De onde provém? Como é produzida e reproduzida? Sobre estas questões há um grande silêncio na proposta da Força Sindical. Falta a definição de um campo teórico explicativo.

No projeto da Modernidade Ética, a exclusão social, sob a denominação de apartação, ocupa um lugar de centralidade, visto que se trata do resultado mais visível e mais perverso do modelo econômico instalado no país nos anos 30, marcado pela imitação distorcida e maléfica do modelo de desenvolvimento europeu. A sua persistência transformou a dualidade social em apartação e os pobres em excluídos. Decorrência, entre outros, do fato de que agora as tecnologias que alimentam a atual fase da modernização econômica no Brasil e no mundo não necessitam mais deles, além do que, a possibilidade de ascensão social desaparece: "Enquanto havia a perspectiva de ascensão social para todos, os pobres esperavam na calma e os ricos se davam ao luxo de aceitá-los. Mas com a percepção da impossibilidade de incorporação de todos, a pobreza começa a dar sinais de violência e a riqueza de insegurança..."(Buarque 1994, p. 44).

Os sinais da construção desta apartação encontram-se em toda parte, com uma evidência dolorosa. As classes médias que lutavam pela integração dos pobres ao mercado interno, nos anos 60, hoje erguem muros para separar-se. Os universitários não falam mais a língua do povo. Os bares e comércios saem das ruas para lugares fechados, protegidos. A indústria da segurança floresce. Os meninos de rua, abandonados e perseguidos, proliferam, assim como as meninas prostitutas, enquanto os espaços fechados crescem: *shopping centers*, condomínios, *beach-parks*, etc.

As situações dicotômicas são avassaladoras, segundo Buarque. Os jornais se modernizam, com novas máquinas e novas técnicas sem aumento proporcional significativo dos leitores. Os avanços no sistema médico-hospitalar são evidentes, porém o desprezo pelos doentes pobres que morrem na frente dos hospitais é cotidiano. A indústria de automóvel cresce, embora a maioria da população tenha dificuldade de pagar uma passagem de ônibus. A arquitetura nacional faz sucesso, enquanto milhares de pobres não têm onde morar ou o fazem em condições de péssima qualidade. Nossas universidades crescem, todavia a repetência e a evasão escolar fazem com que a maioria de nossas crianças não conclua o ensino básico.

O mais grave, contudo, ocorre com as mudanças nas mentalidades, segundo o projeto da Modernidade Ética. Um pensamento justificativo e apoloético da apartação começa a se erguer no interior das elites brasileiras. O autor menciona fartamente notícias de jornais em que fatos absolutamente lastimáveis e mesmo repugnantes são relatados como naturais, à semelhança do "direito de

matar um pivete", citado por um jovem no *Jornal do Brasil*. Uma ideologia a respeito da inferioridade dos nordestinos é criada em determinados meios sociais no sul do país. Um discurso de defesa dos massacres de mendigos e crianças, gradativamente montado nas metrópoles brasileiras, soma-se ao comportamento de comerciantes em contratar policiais para praticar o extermínio.

Construindo-se no interior de um regime democrático, a apartação tende a implodi-lo. Sinais existem na discussão do voto qualificado (presente, um certo momento, no processo da revisão constitucional) ou na tentativa de redefinir o papel das Forças Armadas, ameaçadas de se transformarem em meras forças policiais.

A perspectiva do futuro no projeto de Buarque é mais dramática do que nas tintas de Jaguaribe, pois agora o risco é o de ruptura da espécie humana. Com o custo de um regime apartado muito elevado e os progressos da biotecnologia, a possibilidade da criação de um "outro tipo de ser humano passa a ser efetiva". Da desigualdade, pode-se caminhar para a "diferença", usada aqui no sentido de que "não seremos mais iguais", nem sob o ponto de vista da lei nem da natureza.

É por esta razão, inclusive, que Buarque (1994, p. 52) propõe a construção de uma nova utopia, agora de caráter ético, pois as razões da luta contra a apartação não podem ser só econômicas ou políticas. O problema é mais geral e mais radical, pois o Brasil não está só, este é um fenômeno planetário: "O Brasil é um retrato do projeto civilizatório contemporâneo da modernidade técnica. A tragédia brasileira é uma reprodução da tragédia planetária(...)".

Não resta dúvida de que o projeto da Modernidade Ética rompe o economismo da abordagem da exclusão social, em parte presente no projeto da Força Sindical, introduzindo outras dimensões. No entanto, o forte de seu autor não é o argumento, a demonstração, mas o exemplo, a ilustração. É assim que procede a sua explanação argumentativa: uma sucessão de imagens, fortes e provocativas. Instigantes, sem dúvida. Contudo, não explica—fora da economia—por que a apartação se produz; não se pergunta por que a sociedade aceita um modelo econômico excludente. Em que consiste a apartação? Quais as suas manifestações além da destituição material? Quais as suas diferenças com as discriminações raciais, sexuais, religiosas e regionais? O que a distingue da pobreza absoluta? É apenas um novo termo para marginalidade? O que ela contém de substantivamente novo?

IV A EXCLUSÃO SOCIAL MODERNA

Não é aqui o lugar de desenvolver as teorias sociológicas da exclusão social, imitando Xiberras (1992), ou mesmo desenhar uma teoria da exclusão social no Brasil. É possível e útil, contudo, sugerir pelo menos pistas para uma conceituação mais precisa. Para tanto, é necessário formular alguns postulados gerais.

Em primeiro lugar, creio que é necessário discernir que a exclusão social tem uma história; é um construto social que decorre no tempo e se materializa em lugares, relações, símbolos e idéias. O que quer dizer que ela se reveste de formas distintas de manifestação. A exclusão social na Grécia tinha como objeto as mulheres, os escravos e os estrangeiros; a lei era diversa e o *demos* se restringe aos participantes da *eclésia*. Na Idade Média européia foram os hereges, as bruxas e os judeus os principais objetos da forma então existente de exclusão social. Todos aqueles que se situavam no exterior da cristandade deveriam ostentar seu estigma ou, então, serem eliminados.

Em segundo lugar, é preciso ter presente que a exclusão social tem dimensões variadas, conforme lembra Bouget (1992). Não pode ser reduzida à simples dimensão econômica; não pode ser entendida sem a dimensão simbólica ou política, por exemplo. A exclusão moderna é plural, possuída de uma variada polifonia, situações fragmentadas, estigmas particulares. Sobretudo é necessário uma aquiescência de uma consciência social.

Em terceiro, as percepções agudas e dolorosas de um processo de exclusão social mais radical na contemporaneidade estão associadas ao ritmo, grau e abrangência em que a desigualdade social tem crescido nos últimos anos e que não está restrita aos países subdesenvolvidos, mas invade os desenvolvidos e separa, cada vez mais, os hemisférios Sul e Norte. O crescimento da iniquidade parece associado à atual revolução técnico-econômica, cujo balanço entre a criação e supressão de postos de trabalho tem sido sempre negativo.

Em quarto lugar, a idéia de exclusão social, em sua dramaticidade atual, está relacionada à crise de mecanismos e instituições de proteção social e representação política. Não se trata apenas da crise do *Welfare State*, mas também da do Estado-nação e das organizações partidárias e sindicais [Rosanvalon (1981)].

Em quinto lugar, o mais específico da exclusão social moderna é que ela desloca-se da definição de "grupo social desnecessário" para um grupo que deve ser eliminado fisicamente ou pode estar sujeito à extinção. Em algumas partes da África o que o mundo assiste hoje, de forma absolutamente indife-

rente, é um verdadeiro genocídio, provocado pela subnutrição, AIDS e guerras selvagens. O Estado, enquanto instituição, simplesmente tem desaparecido em várias regiões.

Finalmente, há mudanças significativas no plano da solidariedade internacional: o mundo desenvolvido fecha-se sobre si mesmo, novos muros erguem-se depois da queda do de Berlim, separando "civilizados" e "bárbaros" [Rufin (1991)].

No caso do Brasil, é sob o signo da exclusão social que se ergue a sua história desde os seus primórdios. Escravos e camponeses, para não citar os nativos, são os objetos primeiros e clássicos de nossa exclusão social. Com uma diferença marcante em relação à contemporaneidade: eram *excluídos economicamente necessários*, ou seja, ocupavam uma posição de centralidade na economia de suas épocas. Não existiria economia colonial, não fossem os escravos, não existiria industrialização sem a "acumulação primitiva" propiciada pelos camponeses, oferecendo alimento, insumos e mão-de-obra barata para as cidades. Porém, todos eram indivíduos despidos de direito. Incluídos pela economia, eram excluídos da cidadania. Com a gravidade, no caso do escravo, de ser considerado objeto, mercadoria.

Hoje ocorre o inverso e de forma paradoxal, tendo em vista que ao movimento de inclusão política (pela primeira vez no país todos votam e podem ser votados) corresponde um movimento de exclusão econômica. Uma dicotomia crescente e ameaçante se constrói entre os contribuintes (diretos) e os eleitores. Um traduzido em milhares e outro em milhões. Cada vez menos as pessoas destituídas de qualificação têm possibilidades de ingressar no mercado de trabalho moderno. Cada vez menos o paradigma técnico-econômico necessita de força de trabalho. Como sinalizam alguns teóricos [Touraine (1969) e Boyer (1986)], o "mundo do trabalho" se desfaz, a sociedade industrial define e, este processo, particularmente presente hoje no Primeiro Mundo, tende a invadir e se apropriar do Terceiro.

A exclusão social hoje no Brasil reúne este paradoxo: à medida que integra politicamente, expulsa economicamente. Todavia não se pode reduzi-la à esfera econômica.

A Revolução nas Prioridades assinala com insistência a impossibilidade de criar uma situação de exclusão social sem mudanças nas representações sociais. No entanto, nenhum dos projetos parece perceber com nitidez o lugar da produção da exclusão. Telles (1992), inspirada em Matta (1987) e Chauí (1987), entre outros, tenta desmontar o conceito de pobreza, definindo as relações sociais como o lugar da produção da norma excludente. Para ela, a exclusão social não é o simples resultado de um modelo econômico excludente, mas de relações sociais que possibilitam, justamente, este modelo. A causa da exclusão social moderna encontra-se simultaneamente no presente, no imediato, no co-

tidiano e na história, e no passado. Ela é o resultado de relações sociais e de representações excludentes, constantemente reconstruídas e reproduzidas. Sua causalidade não se encontra em modelos econômicos, engenharias políticas ou intervenções estatais—embora sejam estes os seus caminhos—,mas antes no processo de estigmatização que se exerce sobre o outro.

Concebida como uma relação social, a exclusão pode ser abordada em sua diversidade, pode ser pensada como um processo, e não uma situação. Pode ser pensada como um gradiente que vai da discriminação social ou racial à proscricção do indivíduo. Significa um processo social que indica um conjunto de rupturas: societária, comunitária e individual [Nasser (1992)].

O excluído moderno no Brasil tende a se aproximar dos termos da definição de Hannah Arendt, utilizado em outro contexto: um "indivíduo que não tem direito a ter direito". Não se trata de uma simples destituição material, que define os pobres, porém de uma destituição radical, a destituição da possibilidade de ser sujeito. A de não ter o direito à expressão, à fala, à possibilidade de reivindicação. Escorel (1993), em trabalho inspirado na autora alemã, defende a idéia de que a exclusão social trata da "existência de indivíduos que são supérfluos e desnecessários em uma sociedade", ou que são reduzidos à "condição metabólica da sobrevivência".

O mais novo, porém, é que a exclusão social moderna parece conhecer um movimento de se transformar de uma tendência, de uma possibilidade, em uma situação, um regime. Movimento que se pode garimpar nas representações sociais que se modificam em relação aos "fracos, desprovidos, diferentes(...)". Um exemplo claro são as mudanças que, pode-se supor, têm ocorrido no imaginário de nossa sociedade em relação aos pobres nos últimos 40 anos.

A imagem do pobre nos anos 50 é a de uma figura que demonstra a relativa naturalização da pobreza: trata-se de um acidente, no mais das vezes, devido à indolência do próprio indivíduo. A responsabilidade da pobreza é atribuída a elementos de sua natureza, como a preguiça, a indolência, a falta de ambição. A figura do Zeca Tatu é expressiva deste imaginário. O pobre é, por isso, objeto de pena, sujeito da caridade pública, da assistência, da filantropia—objeto de um olhar complacente.

Na década seguinte, porém, é representado como alguém que não quer trabalhar, que recusa ganhar sua própria vida, que quer viver "espertamente" da caridade e da assistência pública, sobretudo da ingenuidade dos outros. Deixa de ser um preguiçoso, para ser um malandro. É pobre não porque lhe falte algo (vontade de trabalhar), mas porque lhe sobra esperteza (a de não querer trabalhar). Macunaíma? Não sendo mais objeto de caridade, o pobre agora é objeto de indiferença, de galhofa ou mesmo de desprezo: "se não quer trabalhar, que se vire". Mas também, e paradoxalmente, de admiração. Para a esquerda, torna-se feio ou de mau gosto dar esmola.

Vinte anos depois, na década de 80, o pobre transforma-se em um ser perigoso. Não é mais alguém que não quer trabalhar, mas que rouba para não trabalhar. De malandro, torna-se transgressor, marginal. Agora não é mais objeto da indiferença ou do desprezo, bem ao contrário, torna-se sujeito à repressão. E com o aumento da violência urbana, objeto da eliminação por parte de órgãos públicos e agentes privados.

Três, portanto, são as imagens predominantes que parecem se suceder no imaginário nacional em relação ao pobre, após a II Guerra Mundial: o Jeca Tatu, o malandro carioca e o bandido nordestino. E os três, em parte, aproximam-se da imagem do excluído, sem abarcá-la em sua plenitude, pois convivem com outras imagens. No entanto, parecem ocupar uma certa centralidade em nosso imaginário, referindo-se às suas transmutações sociais primárias, sem com isso querer negar-se o duplo movimento que atravessa a sociedade brasileira nos últimos 20 anos, visto que, simultaneamente à exclusão social, observa-se um processo de cidadanização.

Aparentemente, um fato assustador e paradoxal marca o nosso ingresso definitivo na modernidade na década de 80: como as "classes perigosas" não são mais "laboriosas", tomam-se sujeitas não à repressão ou à prisão do século XIX, mas à pura e simples extinção. É neste momento que emerge o risco da exclusão social moderna: expulsar um grupo social (pobre) não apenas da economia (não é mais necessário), dos nossos espaços sociais (é um perigo) ou da política (eleitor de Collor e João Alves), mas da vida (exterminios). Os excluídos modernos perigam tornar-se mais que um simples "contingente desnecessário", arriscam a se transformarem em um grupo social a ser eliminado. Não é sem razão que os movimentos contra a carestia, pela anistia, pelo respeito à diferença, pela creche, pelo asfaltamento e/ou saneamento do bairro dão lugar ao movimento pela vida, dirigido por Betinho. Pois é dela que se trata agora. O dilema brasileiro parece deslizar das hesitações entre a cidadania regulada e a cidadania plena, para o desafio dilacerante de ter ou não direito à vida. Não no sentido de que a primeira encruzilhada tenha sido esquecida ou ultrapassada, mas que agora convive com uma outra que lhe é anterior do ponto de vista ontológico.

Se esse processo social descrito estiver realmente em vias de se produzir, o dilema brasileiro poderá estar amanhã além da modernidade técnica (mesmo diferente como quer a Força Sindical), ou da modernidade ética, sob o risco de ser expulso da modernidade. Ou nas palavras do projeto da Força Sindical (1993, p. 27): sob o risco de "involuir". Passagem para uma nova "idade das trevas", como sugere Kurz (1993), no plano internacional?

Talvez seja esta dolorosa percepção das possibilidades de futuro, constante dos projetos analisados, o que os aproxima e torna, em cada um deles, segundo a sua especificidade, a questão social o nó górdio. Assim, o desafio maior não

será simplesmente o de retomar o crescimento econômico, vencer a crise, mas sobretudo o de vencer o risco do *apartheid*, o perigo da exclusão social moderna. E o próximo governo não poderá denegá-la. Será, também, o seu maior desafio.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio. *Os despossuídos. Crescimento e pobreza no país dos milagres*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de e VILLELA, Renato. *A Situação social no Brasil: um balanço de duas décadas*. Rio de Janeiro, novembro de 1990.
- BACHA, E. L. e KLEIN, H.S. (Org.) *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOYER, Robert. *Capitalisme, fin de siècle*. Paris: La Découverte, 1986.
- BOUGET, Denis. *Observatoire europeen des politiques de lutte contre les exclusions sociales*. Nantes: Centre d'Economie des Besoins Sociaux, 1992.
- BUARQUE, Cristovam. *O Colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *O Que é apartação*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *A Revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCOREL, Sarah. *Elementos para análise da configuração do padrão brasileiro de proteção social: o Brasil tem um welfare state?* Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Sociologia, 1993. (Série Sociologia, 108)
- FARIA, Vilmar. A Conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, 33, julho de 1992. p. 103-114.
- FORÇA SINDICAL. *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical*. São Paulo: Geração, 1993.
- FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

- _____. *et alii. Brasil hoy. Mexico: Siglo XXI, 1968.*
- HOFFMAN, R. *A Pobreza no Brasil: análise dos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980.* VI Encontro Brasileiro de Econometria, São Paulo, 1984. mimeo.
- JAGUARIBE, Hêlio *et alii. Brasil, 2.000. Para um novo pacto social.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. *Brasil: reforma ou caos.* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.
- KURZ, Robert. *O Colapso da modernização. Da derrocada do socialismo à crise da economia mundial.* São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LAMBERT, Jacques. *Os Dois Brasís.* 3ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.
- LOPES, Juarez Brandão. (Coord.) *Brasil 1989: um estudo socioeconômico da indigência e da pobreza urbana.* Campinas: NEPP/UNICAMP, janeiro de 1992. (Relatório final).
- _____. *Atta, Roberto da. A Casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAGALHÃES, Maria Alice E. de. *Questão social e análise econômica no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 9, julho de 1993. p. 169-200.*
- MEDEIROS, C.A. *Os Impactos da crise econômica: políticas sociais e transição democrática.* Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1987. (texto para discussão)
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Estado integral, democracia e movimentos sociais urbanos: notas para uma pesquisa. Cadernos de Estudos Sociais, v. 3 n.1, jan-jun 1987. p.111-122.*
- NASSER, Ph. (Coord.). *Exclus et exclusions. Connaitre les populations, comprendre les processus.* Rapport du groupe technique. Paris: Commissariat Général du Plan, la Documentation Française, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia brasileira: crítica à razão dualista.* Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.
- PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H. e PAGOTTO, C. S. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que ocorreu com a família brasileira?).* São Paulo: Pioneira, 1983.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80.* Rio de Janeiro: IPEA, *Boletim Conjuntural*, n. 12, janeiro de 1991.p. 35-39.

- ROMÃO, M. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, J.M. e GIAMBIAGI, Fábio (Orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- ROSANVALON, Pierre. *La Crise de l'Etat Providence*. Paris: Seuil, 1981.
- RUFIN, J.Cr. *L'Empire et les nouveaux barbares*. Paris: Lattes, 1991.
- SCHAFF, Adam. *A Sociedade informática*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1990.
- TELLES, Vera Silva. *A Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. Tese de doutorado.
- TOLIPAN, R. e TINELLI, A. C. (Orgs.) *A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- TOURAINÉ, Alain. *La Société post-industrielle; naissance d'une société*. Paris: Denoel Médiations, 1969.
- VIANNA, Solon M. (Coord.): *Brasil: indicadores sociais*. Brasília: IPEA, novembro de 1992. (Relatório Interno CPS, 08/92)
- XIBERRAS, Martine. *Les Theories de l'exclusion sociale*. Paris: Méridiens—Klincksieck, 1992.
- ZALUAR, Alba. *A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

